

FÁBIO REZENDE BRAGA

**OS MOVIMENTOS ECOLÓGICO-SOCIAIS FEMININOS E A
LUTA PELA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

CURITIBA

2015

FÁBIO REZENDE BRAGA

OS MOVIMENTOS ECOLÓGICO-SOCIAIS FEMININOS E A LUTA PELA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista
em Direito no curso de Pós-graduação
em Direito Ambiental do Departamento
de Economia Rural e Extensão, Setor
de Ciências Agrárias, Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Profa. M.^a Ana Paula
Maciel Costa Kalil

CURITIBA

2015

LISTA DE TABELAS

1. Acesso aos patrimônios genético e cultural imaterial no Brasil entre 2003 e 2009.....	23
--	----

RESUMO

As comunidades tradicionais têm uma importância fundamental na conservação e proteção do meio ambiente, levando em consideração que sua organização social serve como contraponto à nociva relação empreendida pelas grandes sociedades de consumo. Ademais, os saberes tradicionais oriundos delas demonstram o quanto é possível estabelecer uma relação saudável entre a natureza e o Homem. Neste contexto, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) prevê, através das decisões das Conferências das Partes (COP), o reconhecimento das práticas sustentáveis empreendidas pela mulher como vetor na manutenção das comunidades tradicionais, as quais garantem a manutenção e o desenvolvimento dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e dos habitats onde se desenvolvem. Deste modo, é imprescindível conhecer o papel da mulher na comunidade tradicional e nos movimentos ecológico-sociais a partir da compreensão do ecofeminismo, movimento político que dá propriedade à relação de intimidade estabelecida entre a mulher e a natureza, as quais se unem para combater as opressões advindas da lógica capitalista e do patriarcado, buscando garantir o direito à continuidade cultural e ao desenvolvimento sustentável. O presente trabalho tem caráter qualitativo e a construção dos dados será realizada sobre a base da pesquisa bibliográfico-documental. Enquanto a pesquisa bibliográfica nos oferecerá o aporte necessário para compreender os conceitos, princípios e instituições jurídicas que estruturam o objeto, a documental nos oferecerá o conhecimento quanto à legislação, as discussões nos fóruns internacionais, bem como as decisões e deliberações que a CDB emite sobre a temática. O objetivo geral do trabalho é identificar o papel da mulher pertencente a comunidades tradicionais e movimentos ecológico-sociais no desenvolvimento de práticas sustentáveis que fomentam a continuidade cultural e a promoção do desenvolvimento sustentável, o principal programa político, jurídico, econômico e social, da sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Comunidades tradicionais; Movimentos Ecológico-sociais; Desenvolvimento Sustentável

ABSTRACT

Traditional communities have a fundamental importance in environmental conservation, given that their social rearrangement works as a counterpoint to the harmful relationship undertaken by large consumer societies. Furthermore, the traditional knowledge from them demonstrates how much it is possible to establish a healthy relationship between nature and humankind. In this context, the Convention on Biological Diversity (CBD) provides, through the decisions of the Conference of the Parties (COP), the recognition of women as vectors in the maintenance of traditional communities, because of sustainable practices undertaken by them, which ensure the maintenance and development of traditional knowledge associated to biodiversity and habitats where they grow. Thus, it is essential to understand the role of women in the traditional community and ecological and social movements in the light of ecofeminism, political movement that supports the intimate relationship established between women and nature, which unite to fight oppression from the capitalist logic and patriarchy, seeking to guarantee the right to cultural continuity and sustainable development. The present paper is qualitative and the construction of data will be conducted based on bibliographical and documental research. While the bibliographical research offers the contribution needed to understand the concepts, principles and legal institutions that structure the object, the documental will provide knowledge concerned to law, discussions in international forums, and also the decisions and deliberations that CBD issues on the theme. The general objective of the study is to identify the role of the women who belong to traditional communities and ecological and social movements in the developing of sustainable practices that promote cultural continuity and sustainable development, the main political, legal, economic and social program of contemporary society.

KEYWORDS: Women; Traditional Communities; Ecological and Social Movements; Sustainable Development.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. BIODIVERSIDADE, COMUNIDADES TRADICIONAIS E SUSTENTABILIDADE: UMA POSSÍVEL ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	11
3. O ECOFEMINISMO E O PAPEL DAS MULHERES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS COMO VETOR NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19
3.1 DAS BRUXAS ÀS LUTAS: ANÁLISE HISTÓRICA DO PAPEL ECOLÓGICO-SOCIAL-FEMININO	20
3.2 MOVIMENTOS ECOLÓGICO-SOCIAIS: A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO.....	23
4. O RECONHECIMENTO JURÍDICO INTERNACIONAL: CDB, AGENDA 21, “PLANETA FÊMEA” E RIO+20.	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	37

1. INTRODUÇÃO

As diferentes formas de desenvolvimento construídas ao longo da história acabaram por direta ou indiretamente prejudicar o meio ambiente. Contudo, no último século é reiteradamente demonstrado que o homem ultrapassou a barreira imaginária de sua própria consciência acerca das consequências para ele e para a Terra. Não é possível mais pautar a construção mundial em princípios reducionistas e cartesianos. O mundo encontra-se em terapia intensiva, não só para com seus recursos naturais, mas também para com as relações interpessoais de seus cidadãos.

Em vista disso, os elementos naturais foram explorados de forma ostensiva, não havendo qualquer critério quanto à conservação/preservação do meio ambiente. Com o passar do tempo, os efeitos negativos de tais práticas passaram a afetar os seres humanos. As inúmeras catástrofes naturais, como a perda da biodiversidade a mudança climática além da exposição ao risco proporcionado por experiências científicas baseadas na manipulação genética dos seres vivos (biotecnologia moderna), são exemplos que se apresentam como resposta à equivocada relação (homem *versus* natureza) que vem trazendo consequências irreparáveis à humanidade.

A interligação existente entre a mulher e a natureza ganha respaldo na medida em que se observam as dinâmicas de opressão sofridas por ambas ao longo da história. Nesse sentido, esclarece Regina Célia Di Ciommo (2003, p. 426):

há muitas razões pelas quais a ligação mulher-natureza pode constituir-se em questão central para o feminismo. Um dos motivos está na compreensão de que essa é uma conexão essencial para a permanência da dinâmica do tratamento que as mulheres e a natureza recebem na sociedade contemporânea. Se por um lado essa questão pode levar a uma importante revelação sobre o modelo de humanidade na qual as mulheres se inserem, por outro tem sido uma preocupação do ecofeminismo, que pode iluminar os temas que estão no centro do feminismo como um todo, acerca da "masculinidade da cultura", da natureza da dominação do masculino sobre o feminino e possíveis rotas para se escapar dessa dominação.

Uma das mais importantes referências no estudo das conexões entre a luta das mulheres e a proteção ambiental é o Ecofeminismo. Um movimento político

e social que tem como pautas principais a luta contra o sistema capitalista e patriarcal que oprime a mulher e concomitantemente assola o meio ambiente. Em suma, um modelo sensível à realidade contemporânea.

O ecofeminismo surgiu a partir de variados movimentos sociais (*Love Canal* nos Estados Unidos da América, Movimento *Chipko* na Índia, Clube *Seikatsu* no Japão, Movimento *Why!* na Alemanha, Mulheres Campesinas na região sul do Brasil, dentre outros) nos finais da década de 70 e início da de 80. É traduzido como a consequência de esporádicos desastres ecológicos ou modelos econômicos insustentáveis que ensejaram a mobilização de milhares de mulheres na busca por um meio ambiente equilibrado. Os/as ecofeministas entendem que a exploração da natureza tem marchado de mãos dadas com a das mulheres e essa antiga associação liga a história das mulheres com a história do meio ambiente. (CAPRA, 2006, p. 27)

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em conformidade com a realidade de luta e protagonismo feminino reconhece em seu preâmbulo – ainda que não seja juridicamente vinculante - que a mulher tem função decisiva no que concerne à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, como também deve-se garantir sua plena participação em todos os níveis de formulação e execução de políticas encaminhadas à proteção da diversidade biológica. Em várias decisões das Conferências das partes (COP) é possível perceber a valorização das ações femininas no que tange à conservação dos recursos naturais. Em definitivo, a COP imprime “uma maior atenção ao labor ecológico-feminino por meio de decisões que consagram e fortalecem a função e a participação das mulheres provenientes de comunidades indígenas e locais”(BRAGA; BERTOLDI, 2013, p. 17).

As decisões alcançam a incorporação das organizações femininas em todas as atividades da Convenção (PNUD, 2000, p. 89), a inclusão das mulheres nos processos consultivos (PNUD, 2002, p. 160), sua capacitação técnica (PNUD, 2004, p. 298), a necessária atenção à mulher no que diz respeito ao direito à voz e voto na aplicação dos princípios e diretrizes (SECRETARIA DEL CONVENIO SOBRE LA DIVERSIDADE BIOLÓGICA, 2004, p. 3), bem como o reconhecimento da importância primordial das mulheres no processo de divulgação cultural, já que também são responsáveis pela transferência intergeracional dos conhecimentos, inovações e práticas tradicionais (PNUD, 2010, p. 8).

Concomitantemente, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM (2013) do governo federal brasileiro, se mostra como um dos mais importantes instrumentos democráticos da luta pela garantia de direitos a este coletivo. Por meio de metas e linhas de ação sobre os mais variados temas que envolvem o universo feminino, incluído o manejo dos recursos naturais, o plano demonstra que o diálogo com os movimentos sociais é fundamental para que se alcancem direitos coletivos, especialmente àquelas inseridas em comunidades tradicionais.

O trabalho se justifica na medida em que a mulher continua a sofrer inúmeras opressões em diversos contextos sociais, tendo em vista a relação de subserviência em que vive. De forma geral, os papéis sociais assumidos por ela ao longo da história a mantiveram em uma posição deficiente em relação à figura masculina. Um patamar de invisibilidade social foi sedimentado ao longo dos séculos, tornando o trabalho feminino nas comunidades tradicionais "silenciado" e inclusive inviabilizado como apontam os estudos de Simonian¹ e Montysuma². Contudo, parte do desenvolvimento de algumas comunidades tradicionais, a exemplo das Catadoras de mangaba em Sergipe e do Movimento das Mulheres Campesinas, está concomitantemente atrelado à auto-organização política feminina que, além de discutir as questões de gênero, desconstruíram alguns papéis sexuais ao longo do tempo. A maioria das atitudes vinculadas ao sistema patriarcal acabou por inviabilizar tanto o labor como a própria identidade feminina, transformando-a em um objeto a ser guardado. O Estado patriarcal ao lado de uma ciência epistemologicamente masculina ajudou a legitimar a condição de subalteridade feminina³. O sistema buscou traçar um perfil adequado, sensível e dependente, tão como a Sofia de Rousseau⁴. A mulher não consegue alcançar as benéficas

¹ SIMONIAN, Lígia T. L. "Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira: uma vida de trabalho silenciado". In: ALVARES, Maria Luiza Miranda; D'INCAO Maria Ângela (Orgs.). **A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM/Museu Goeldi/CNPq. 1995. p 97-116.

² MONTYSUMA, Marcos. "Gênero e meio ambiente: mulheres na construção da floresta na Amazônia". In: PARENTE, Temis Gomes; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra (Orgs.) **Linguagens plurais : cultura e meio ambiente**. Bauru/SP: EDUSC, 2008. p. 155-173.

³ GOMES, Renata Raupp. Os "Novos" Direitos na Perspectiva Feminina: a Constitucionalização dos Direitos das Mulheres. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (orgs.). **Os "novos" direitos no Brasil – Natureza e Perspectivas – Uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas**. 2 ed. São Paulo: Saraiva. 2012. p. 74.

⁴ Perfil e conceito retirados a partir dos discursos encontrados no quinto capítulo do livro de Rousseau, intitulado "Sofia ou a mulher". ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

prometidas pelo desenvolvimento globalizante. A ela é destinado as funções de manutenção, mesmo com todas as revoluções provocadas por movimentos sociais contemporâneos, ela ainda está enquadrada naquele perfil. É ela e a natureza que sofrem e partilham das consequências das falácias do desenvolvimento⁵, pautado na alienação da vida e no empobrecimento dos sistemas naturais. Mies e Shiva enunciam:

[...] Todas as realizações passadas do patriarcado têm-se baseado na alienação da vida e conduzido ao empobrecimento das mulheres, das crianças e do ambiente. Se quisermos inverter este declínio, a criação, ao contrário da destruição da vida, deve ser vista na nossa capacidade para reconhecer, respeitar e proteger o direito à vida de todas as espécies variadas do mundo.⁶

Em suma, visualizar as práticas das mulheres nas comunidades tradicionais, a partir do Ecofeminismo, enseja a elaboração de um modelo político ecológico pautado na organização e luta social protagonizada pelas mulheres que, mediante suas práticas cotidianas, garantem a continuidade dos saberes tradicionais e a preservação/conservação da natureza, no âmbito do paradigma da “cidadã ecológica”⁷, com vistas a possível efetivação do desenvolvimento sustentável. É necessária uma mudança de perspectiva. Um olhar holístico sobre o que deve ser alterado para alcançar uma possível liberdade coletiva. Uma nova forma de entender o todo. De reconstruir a teia da vida (CAPRA, 2001).

O presente trabalho, além da introdução e conclusão, foi organizado em 3 (três) partes: a primeira insere conceitos relativos à Biodiversidade e a sua conexão com as comunidades tradicionais como uma possível alternativa de sustentabilidade. A segunda desenvolve uma análise do papel ecológico feminino ao longo dos séculos, estabelecendo conexões com movimentos sociais e políticos, a exemplo do ecofeminismo. Por fim, o reconhecimento jurídico internacional propostos pela CDB, Agenda 21, “Planeta Fêmea” e Rio+20 é trabalhado na terceira parte.

O estudo desenvolvido tem caráter qualitativo e a construção dos dados foi realizada sobre a base da pesquisa bibliográfico-documental. Enquanto a pesquisa bibliográfica nos oferecerá o aporte necessário para compreender os

⁵ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: Direito ao Futuro**. Belo Horizonte. Editora Fórum, 2011. p. 149.

⁶ MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. p. 117.

⁷ Expressão inspirada no conceito de consciência ecológica, utilizada por Marcos Lobato Martins. MARTINS, 2008, p. 71-76).

conceitos, princípios e instituições jurídicas que estruturam o objeto, a documental nos oferecerá o conhecimento quanto à legislação, as discussões nos fóruns internacionais, bem como as decisões e deliberações que a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) emite sobre a temática.

2. BIODIVERSIDADE, COMUNIDADES TRADICIONAIS E SUSTENTABILIDADE: UMA POSSÍVEL ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL⁸

Dentro da perspectiva moderna, a biodiversidade ou diversidade biológica é formada pela junção entre 3 (três) elementos: a diversidade de espécies da fauna, flora e micro-organismos, a diversidade de ecossistemas e a diversidade genética. A CDB (1992)⁹, em seu artigo 2º trata de explicar:

Diversidade biológica significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

A biodiversidade não é somente necessária, mas essencial à vida humana. Como fonte econômica e de subsistência, várias são as atividades desenvolvidas através da relação homem/biodiversidade. É fonte econômica direta e base das atividades agrícola, pesqueira, florestal e das emergentes indústrias biotecnológicas e nanotecnológica, além da farmacêutica e cosmetológica. Assim, a biodiversidade poderia ser definida como a vida sobre a Terra e, juntamente com a água, o ar e o solo, o bem mais valioso que dispomos. Esse valor é o resultado dos aspectos ecológico, genético, social, econômico, científico, cultural, histórico, geológico, espiritual, recreativo e estéticos que compõem a diversidade biológica (BERTOLDI, 2010).

Este elemento passou a ganhar relativa importância após os acontecimentos que sucederam a 2ª Grande Guerra. A partir desse momento, nasce

⁸ Esse capítulo é resultado de artigo anteriormente publicado. (BRAGA, BERTOLDI, 2013, p. 225-251)

⁹ O Brasil ratificou a Convenção sobre Diversidade Biológica no Decreto Nº 2.519 de 16 de março de 1998.

um pensamento embrionário e o homem começa a entender que os malefícios causados ao meio ambiente, ao qual também faz parte, e a biodiversidade acabaram por influenciar negativamente no seu próprio futuro. O desafio gerado a partir dessas reflexões forma as medidas que deveriam ser implementadas a fim de proteger ou sustentar tais elementos essenciais à vida.

Nesse toar, a CDB tem um papel singular na proteção do objeto, dos meios de utilização e dos agentes envolvidos. As normas substanciais da CDB estão articuladas sobre três objetivos principais no artigo 1º (1992) : a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. Estes objetivos encontram seus fundamentos na ideia de preocupação comum da humanidade e estão orientados por dois princípios fundamentais: o princípio da soberania dos Estados sobre seus recursos naturais e o de não causar danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional (BERTOLDI, BRAGA, 2011, p. 13).

Variados são os mecanismos e sistemas que se propõem a cumprir os objetivos de proteção, preservação e repartição justa e equitativa dos benefícios gerados a partir do uso da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais a ela associados. Entretanto, muito do que foi estabelecido na CDB e no Brasil especificamente através da Medida Provisória 2.186/2001, acabou tornando-se inócuo diante dos reais problemas sofridos tanto pela diversidade biológica, como pelos conhecimentos tradicionais associados a ela. (LEUZINGER, 2010, p. 322) Mecanismos de defesa falhos, que não cumprem na íntegra com sua função, são armadilhas políticas e econômicas que têm consequências incalculáveis para o meio ambiente e seus personagens. Falsas percepções conduzem a falsas soluções (MIES; SHIVA, 1993, p. 371).

As diferentes formas de desenvolvimento construídas ao longo da história acabaram por direta ou indiretamente prejudicar o meio ambiente. Contudo, no último século é reiteradamente demonstrado que o homem ultrapassou a barreira imaginária de sua própria consciência acerca das consequências para ele e para a Terra. Não é possível mais pautar a construção mundial em princípios reducionistas e cartesianos. O mundo encontra-se em terapia intensiva, não só para com seus recursos naturais, mas também para com as relações interpessoais de seus cidadãos. É necessária uma mudança de perspectiva. Um olhar holístico sobre o

que deve ser alterado para alcançar uma possível liberdade coletiva. É possível encontrar nas milenares comunidades tradicionais, uma nova forma de entender o todo na sociedade hegemônica.

As comunidades tradicionais são responsáveis pelo desenvolvimento de técnicas singulares de preservação ambiental, cultural, religiosa e ambiental. Seu modo de trabalhar junto com a natureza e não de forma isolada, contribui para a construção de uma identidade preservacionista entre todos os membros da comunidade. A comunidade tradicional é portadora de racionalidades próprias, sejam elas econômicas políticas e sociais. É culturalmente e de forma singular, produtiva de valores e princípios próprios. O detentor do conhecimento seria como um “artesão”, tamanha complexidade de seu trabalho. Dentro da lógica tradicional, o ser humano faz parte do ciclo, e deve colaborar na perpetuação do equilíbrio natural.

Os conhecimentos ou saberes tradicionais associados à biodiversidade são práticas consuetudinárias, que distinguem esses agrupamentos humanos. Podem ser manifestados em comunidades, grupos, ou inclusive individualmente. Importante salientar que apesar dos conhecimentos tradicionais poderem ser visualizados individualmente, eles precisam ser manifestados no contexto que pertencem. As práticas precisam ser externalizadas para que haja um reconhecimento amplo e uma consequente valorização: “o patrimônio cultural intangível não pode existir apenas na mente de um indivíduo ou permanecer adstrito à sua esfera privada, mas deve ser manifestado por este indivíduo ao mundo externo ou a qualquer outro indivíduo.” (SCOVAZZI, 2011, p. 125)

Esse componente compreende:

[...] desde técnicas de recursos naturais até métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de espécies e as próprias categorizações e classificações de espécies de flora e fauna utilizadas pelas populações tradicionais (SANTILLI, 2005, p. 192)

Através de métodos peculiares de fazer e enxergar a vida, incluído o meio ambiente que os circundam, esses grupos possuem uma identidade cultural e histórica particular, de modo que mecanismos de proteção são imprescindíveis para sua perpetuação ao longo do tempo: manter a história viva. Em suma,

Estas sociedades tradicionais, guardiãs de um rico e ameaçado saber,

compartem estilos de vida particulares, fundados na natureza, no conhecimento dela e nas melhores práticas para conservá-la e utilizá-la sustentavelmente, respeitando, desse modo, sua capacidade de recuperação e conservação. (BERTOLDI; BRAGA, 2011, p. 485)

A Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) em seu artigo 2º, parágrafo 1º, define como patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

O Patrimônio cultural imaterial pode ser qualificado como um conjunto de mentefatos (valores, ideias...) de presumida espontaneidade e autenticidade, expressos ou materializados sob diversas e distintas formas que recebem a rotulação patrimonial. São informações registradas em materiais humanos ou tecnológicos que devem ser transmitidas em razão de seu interesse público intergeracional. A própria definição de patrimônio contempla, em sentido figurado, a noção de riqueza, abundância, profusão. Assim, qualifica-se o Patrimônio Cultural Imaterial como autêntico e espontâneo, vivo, constantemente recriado e reexperimentado que se transforma em registro mnemotécnico, em cultura transmitida principalmente através da oralidade, tendo a mente humana o seu principal repositório e os órgãos e membros humanos como os principais instrumentos de efetivação material, notadamente compartilhada, retroalimentada e redimensionada coletivamente entre as gerações (BERTOLDI, 2010).

Pelo meio do conceito legal, podemos deduzir com nitidez a inclusão, no patrimônio cultural imaterial, dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Isto se deve pelo fato de ambos beberem da mesma fonte criadora. A diferença está justamente na especificidade do segundo em relação a sua associação com a biodiversidade. Nessa perspectiva Sandra Cureau (2011, p. 246) argumenta:

Embora nem todos os conhecimentos tradicionais tenham relação direta

com a biodiversidade, a maior parte deles é oriunda da exploração compartilhada e da utilização da natureza, por um grupo social determinado, mediante o uso de tecnologias, sistemas e usos transmitidos através de gerações.

A biodiversidade integra-se às comunidades através de seu pertencimento ao um determinado ambiente natural, de seus modos de fazer, criar e selecionar, dos recursos naturais que lhe são oferecidos.

Mais do que simples atividades de subsistência essas práticas, quando visualizadas em uma escala maior, podem ser desenvolvidas a ponto de transformarem-se em fonte econômica, como é o caso da biotecnologia moderna. Nessa perspectiva, Sandra Cureau (2011, p. 245) informa que há

estimativas de que o mercado mundial de produtos biotecnológicos movimenta entre 470 bilhões e 780 bilhões de dólares por ano, bem como que, dos 120 componentes ativos isolados de plantas e utilizados pela medicina atualmente, 74% apresentam uma correlação positiva entre o seu uso terapêutico moderno e o uso tradicional da planta de que foram extraídos. De outro lado, 118 dos 150 medicamentos mais prescritos no ano de 1997 continham ao menos um dos principais ingredientes ativos derivados de componentes da diversidade biológica. Sabe-se, ainda, que 25% dos medicamentos hoje existentes são elaborados com ingredientes ativos de plantas (...).

Os países desenvolvidos já perceberam a importância dos conhecimentos tradicionais. Não obstante, temos os países emergentes e detentores de uma maioria significativa de biodiversidade e saberes associados à biodiversidade que não dispõem de mecanismos eficientes para uma proteção segura. Nesse sentido a dissonância entre possuidores e usuários é clara: enquanto as grandes empresas e os países desenvolvidos colhem os benefícios econômicos oriundos do uso comercial desses recursos, espoliados dos países em desenvolvimento e de suas comunidades tradicionais, estes últimos limitam-se a arcar com os custos da conservação dos ecossistemas naturais.(CUREAU, 2011, p. 244). Vandana Shiva (2001, p. 96) complementa:

A biodiversidade está circundada pelo florescer da diversidade cultural. Mediante a aplicação do saber indígena, as culturas construíram economias descentralizadas e sistemas de produção que utilizam e conservam a biodiversidade. As culturas uniformes, ao contrário, as quais se reproduzem mediante um controle centralizado, consomem biodiversidade.

O acesso e a conseqüente exploração econômica desses saberes deve

ser legítimo e efetuado através de um rigoroso processo. A autorização, se concedida deve levar em conta não só fatores ambientais, mas a própria perpetuação e conjuntura social do grupo tradicional. Caso contrário, tanto os saberes como as comunidades e ainda o ambiente no qual habitam, será destruído.

A Biopirataria tem sido o principal instrumento de furto desses componentes. Existe uma dupla pressão. Por um lado, os países em desenvolvimento acabam pressionados pelas transnacionais a abrirem suas portas (tanto territoriais, como jurídicas) a essa exploração desleal do patrimônio genético e dos saberes tradicionais. Por outro lado, as comunidades tradicionais acabam enquadradas numa ótica capitalista que delimita o que é e o que não é rentável para uma produção comercial.

É imprescindível entender que o respeito à singularidade das comunidades e de seus indivíduos deve ser o princípio norteador de toda e qualquer política pública de preservação e incentivo à continuidade desses povos e do patrimônio genético que eles protegem. Os saberes das comunidades tradicionais e indígenas não podem estar condicionados, tampouco algemados a um sistema de produção em massa, indiscriminado, numa lógica fordista¹⁰. As políticas devem observar a liberdade criativa, levando em consideração a vontade das partes, evitando assim uma homogeneização cultural. Esse é o caso dos trabalhadores de ofício que se organizam na Associação dos Artesãos em Cerâmica do Poty Velho (ACERPOTI), em Teresina/PI.

A observação atenta dos modos de fazer dos ceramistas e de algumas peças, como cogumelos e tucanos coloridos, além de outros artefatos destinados à decoração de jardins, parece sinalizar alguns perigos da difusão padronizada de conhecimentos e da interferência de órgãos profissionalizantes na criatividade dos artesãos – prejuízo irreparável que pode ser identificado na homogeneização das tipologias de alguns objetos. (PELEGRINI, 2008, p. 159)

Existem milhares de espécies originárias de determinados países, como o Brasil, que acabam sendo patenteadas por países de outros continentes. A exemplo da planta conhecida como Unha de gato (*Uncaria tomentosa*) que é indicada para o tratamento de processos inflamatórios articulares, como osteoartrite e artrite

¹⁰ Baseado no conceito de fordismo para caracterizar o "gerenciamento tecnoburocrático de uma mão de obra especializada sob técnicas repetitivas de produção de serviços ou de produtos padronizados". (TENÓRIO; PALMEIRA, 2008).

reumatoide (reumatismo) ¹¹, que possui 26 patentes sobre seu uso. Países como EUA, Japão, França, Alemanha, dentre outros, furtam esse patrimônio genético e desenvolvem produtos comercializáveis, e não repassam nenhum tipo de benefício aos países detentores¹².

No Brasil, após a ratificação da CDB, fora emitida a Medida Provisória 2186-01 de 23 de agosto de 2001 pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que nada mais era que o início da estruturação legal firmada pelo país na ratificação da convenção. Neste momento, o país criava o principal órgão a desenvolver políticas voltadas ao uso sustentável, à preservação e a repartição justa e equitativa dos proveitos oriundos da exploração tanto do patrimônio genético como do conhecimento tradicional nacionais: o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN).

O CGEN é o responsável não só por coordenar políticas voltadas à preservação ambiental e social das comunidades tradicionais, ele também é o principal interlocutor entre o normativo internacional e o nacional. Através de orientações e deliberações, o órgão promove a elucidação do tema e consequente aplicação das regras de acesso (pesquisa científica¹³, desenvolvimento tecnológico¹⁴ e bioprospecção¹⁵). Até o presente momento, o CGEN já emitiu mais de 200 autorizações de acesso, realizou 6 contratos de repartição de benefícios e criou 14 oficinas com comunidades indígenas e locais para a proteção dos conhecimentos tradicionais desde sua criação¹⁶. Como órgão competente e legítimo, o CGEN desempenha um papel fundamental na verdadeira regulamentação e, acima de tudo,

¹¹ Disponível em: < [http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/BM/BM\[35918-1-10616\].PDF](http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/BM/BM[35918-1-10616].PDF)>

¹² Para maiores dados acerca das patentes pelo mundo de plantas originárias da região Amazônica, consultar o Folheto Informativo “Acesso e Repartição de Benefícios no Brasil” do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/222/publicacao/222_publicacao28072009014743.pdf>.

¹³ “Conjunto de atividades visando a seleção de genótipos promissores para início das atividades de bioprospecção”. OT nº 7; artigo 1º, I do CGEN. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/222/arquivos/ot7_222.pdf>.

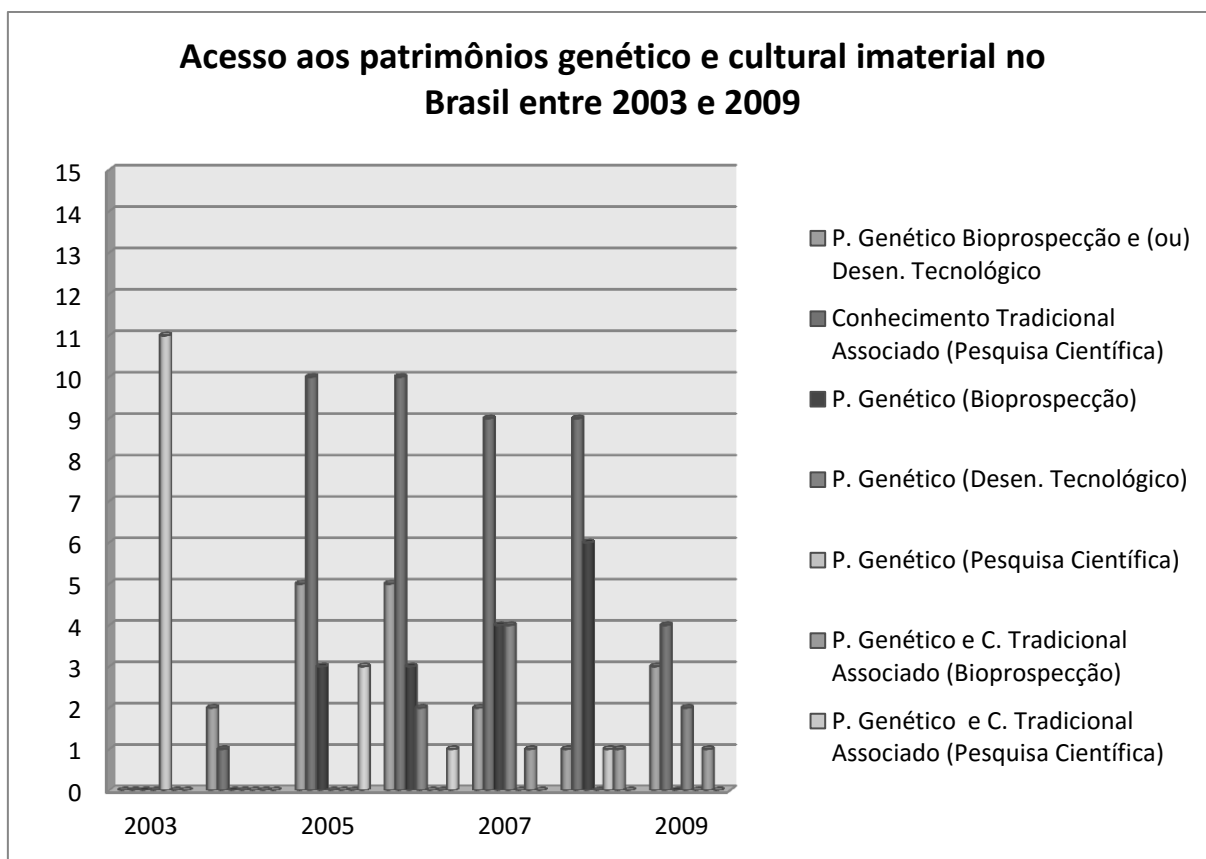
¹⁴ Entende-se por ‘desenvolvimento tecnológico’ a “etapa final do programa de melhoramento envolvendo a obtenção de sementes genéticas ou plantas básicas, no caso de espécies de propagação vegetativa”. OT nº 7; artigo 1º, III do CGEN. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/222/arquivos/ot7_222.pdf>.

¹⁵ “Atividade exploratória que visa identificar componente do patrimônio genético e informação sobre conhecimento tradicional associado, com potencial de uso comercial” (MP 2.186-16/2001, artigo 7º, inciso VII). Também, “etapa na qual os genótipos promissores, selecionados na fase da pesquisa científica, são submetidos a testes de Distinguilidade, Homogeneidade e Estabilidade-DHE e de Valor de Cultivo e Uso-VCU, ou ensaios equivalentes”. OT. Nº 7; artigo 1º, II do CGEN. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/222/arquivos/ot7_222.pdf>.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=85&idConteudo=4778>>

da proteção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais brasileiros¹⁷.

Na tabela a seguir está disposto o acesso aos patrimônios genético e cultural imaterial concedidos pelo CGEN (processos/autorizações concedidas) no Brasil entre 2003 e 2009. Não inclui os processos em tramitação.



18

O fortalecimento da práxis do desenvolvimento sustentável está condicionado a uma mudança de paradigmas. Diante disso, as comunidades tradicionais e indígenas, especialmente no trabalho desempenhado pelas mulheres, constituem fonte inequívoca a um novo tipo de desenvolvimento. As novas formas de entender o todo, engendradas pelas comunidades tradicionais funcionam como alternativa à visão patriarcal-reducionista imposta. O entendimento dos seus

¹⁷ BERTOLDI, Márcia Rodrigues; BRAGA, Fábio Rezende. Patrimônio genético e patrimônio cultural imaterial associado à biodiversidade: desvelando a Medida Provisória nº 2186-16/2001. In: CUREAU, Sandra *et al.* (Coord.). **Olhar Multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p 469-489.

¹⁸ BERTOLDI, Márcia Rodrigues; BRAGA, Fábio Rezende. Patrimônio genético e patrimônio cultural imaterial associado à biodiversidade: desvelando a Medida Provisória nº 2186-16/2001. In: CUREAU, Sandra *et al.* (Coord.). **Olhar Multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p.482.

particulares universos nos faz pensar o que realmente é necessário para se alcançar o desenvolvimento. A epistemologia reducionista, o sistema econômico cartesiano radicado no lucro pelo lucro, o patriarcalismo, o repúdio aos conhecimentos dito não especializados (saberes tradicionais e coletivos), as novas tecnologias invasivas e antiéticas propagam uma única interpretação: a base principiológica do direcionamento mundial necessita mudanças.

Por fim, cabe indicar o relevante e significativo papel desempenhado pelas mulheres tanto tradicionais como da comunidade civil, no desenvolvimento de práticas singulares que fomentam um melhor alcance aos novos parâmetros estabelecidos pelo conceito do desenvolvimento sustentável. Mulheres que além de entenderem a relação sóciometabólica entre a natureza e os demais seres, proporcionam um reexame da própria relação do ser humano com os recursos naturais utilizados para sua perpetuação e sobrevivência.

3. O ECOFEMINISMO E O PAPEL DAS MULHERES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS COMO VETOR NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A mulher continua a sofrer inúmeras opressões em diversos contextos sociais, tendo em vista a relação de subserviência em que vive. De forma geral, os papéis sociais assumidos por ela ao longo da história a mantiveram em uma posição deficiente em relação à figura masculina. Um patamar de invisibilidade social foi sedimentado ao longo dos séculos, tornando o trabalho feminino nas comunidades tradicionais "silenciado" e inclusive inviabilizado como apontam os estudos de Lígia T. L. Simonian (1995) e Marcos Montysuma (2008). Contudo, parte do desenvolvimento de algumas comunidades tradicionais, a exemplo das Catadoras de mangaba e do Movimento das Mulheres Campesinas, está concomitantemente atrelado à auto-organização política feminina que, além de discutir as questões de gênero, desconstruíram alguns papéis sexuais ao longo do tempo.

Partindo deste ponto, torna-se imprescindível compreender a importância da mulher dentro da lógica do desenvolvimento sustentável como promotora de uma consciência ecológica. Esse comportamento específico resulta de uma conjuntura político-religiosa e cultural, oriunda das comunidades tradicionais.

3.1 DAS BRUXAS ÀS LUTAS: ANÁLISE HISTÓRICA DO PAPEL ECOLÓGICO-SOCIAL-FEMININO¹⁹

Analisar o processo histórico do papel da mulher ao longo das décadas é fundamental para uma melhor compreensão tanto de sua identidade como de seu papel como vetor na promoção do desenvolvimento sustentável. No entanto, é necessário ter o cuidado perante o recorte histórico descontextualizado. É necessário entender a relação da mulher com a natureza por meio de uma visão multidimensional em que as diferenças e proximidades das mulheres dos diversos contextos aqui apresentados se constituam como um horizonte de possibilidades a conservação ambiental.

O sistema atual é fruto de uma série de castrações sejam elas psicológicas ou sociais (já comentadas anteriormente), promovidas contra a mulher e contra a natureza ao longo dos séculos. A ligação entre ambas fora fundada através das vivências e criações da primeira para com a segunda devido às variadas necessidades (alimentação, saúde, vestuário,...). Contudo, para o estabelecimento do novo tipo de desenvolvimento que estaria a ser implantado logo após a idade das trevas, no século das luzes, era necessário o total afastamento do labor feminino com a natureza. As bruxas da era medieval representam a ponta do iceberg nesse processo de desligamento entre a mulher e a natureza. “Foram ambas destinadas a tornarem-se meras fontes de matérias-primas ao serviço do modelo ascendente da produção capitalista” (MIES; SHIVA, 1993, p. 192). As autoras (1993, p. 192). complementam que

No contexto desta política feminista de resistência à violência masculina ou patriarcal, a questão referente à história desta violência tornou-se urgente. [...] Isso conduziu ao estudo renovado da caça às bruxas na Europa. Este holocausto das mulheres não foi resultado, como se presume habitualmente, da Idade Média, tenebrosa e supersticiosa, mas foi contemporâneo do princípio da Nova Era, da modernidade, da era das descobertas e das invenções, das ciências e tecnologia modernas. [...] Essa matança em massa das mulheres não teve paralelo em qualquer das chamadas sociedades incivilizadas da África, da Ásia, ou da América do Sul

¹⁹ O subtópico em questão é fruto de publicação anterior. Ver: (BRAGA; SILVA; BERTOLDI, 2013).

A era Medieval é caracterizada pela ausência ou pelo mínimo desenvolvimento cultural, econômico e social da Europa. Denominada como a “era das trevas”, não possibilitou um reconhecimento das múltiplas e significativas formas de manifestação do conhecimento humano. As mulheres, como protagonistas de um desenvolvimento tradicional, perseguiram formas de sublimar as dificuldades sociais da época.

Como detentoras de uma sensível e inequívoca sapiência para com os organismos e componentes naturais, procuravam desenvolver técnicas para dirimir as dificuldades naturais, sejam elas de origem econômica, alimentar ou social. A cultura desenvolvida em conjunto com o meio ambiente, proporcionou à mulher uma relevante e singular maneira de trabalhar a terra e os seus componentes. Importante salientar que o homem também desenvolvia uma conexão com a natureza, contudo suas funções laborais, assim como a responsabilidade com seus entes familiares, impossibilitavam um maior espaço de tempo para tais atividades.

As mulheres eram conhecidas como detentoras de saberes únicos e necessários para a sociedade. Trabalhavam a terra, buscando resguardar as condições mínimas para a reprodução dos frutos provenientes da mesma; coletar o necessário para garantir o necessário. A mulher passou a entender as limitações da natureza tal como entendia as suas próprias limitações. Da mesma forma que uma criança não está preparada para trabalhar, uma planta jovem não pode conceder frutos. A visualização de uma cadeia e de uma interligação entre os seres, mesmo que de forma abstrata e aleatória, foi algo único e um saber tradicional acerca da dependência multilinear entre todos os organismos.

É importante dar crédito às atitudes femininas ao longo dos séculos a fim de reconhecer o papel fundamental que as mulheres sempre desempenharam em relação ao resguardo da natureza e da própria conjuntura micro social (entes familiares) e na macrossocial (comunidades tradicionais). Importante salientar, que o que se busca aqui não é naturalizar, tão pouco supervalorizar/estigmatizar as atitudes femininas. As criativas, singulares e dinâmicas atividades tradicionais femininas precisam ser visualizadas por meio de um ótica multidimensional holística, ou seja, deve-se afastar do caminho os princípios baseados numa ciência mecanicista e reducionista que inviabiliza o entendimento dos saberes tradicionais.

Antes da chegada do século das luzes²⁰, uma nova forma de desenvolvimento econômico iniciava-se. Era necessário o afastamento da conjuntura social anterior que não conseguiu controlar as forças naturais, aqui representadas pela Peste Negra. A mulher deveria resguardar as suas atividades domésticas, não seria mais necessário à atribuição de outras funções, quanto mais ligadas à natureza, grande vilã e inequívoca inimiga.

Só depois de mortas as bruxas como <<mulheres más>> pôde emergir, nos séculos XVIII e XIX, uma nova imagem de <<boa mulher>>. Esta era, como já foi referido, a imagem de mulher insípida, sentimental, fraca, oprimida, a mulher dependente do ganha-pão e do Estado. Este novo ideal de mulher, baseado na mulher da burguesia, era necessária para estabelecer a nova divisão sexual e social do trabalho, a divisão entre a produção e a reprodução, a produção e o consumo, o trabalho e a vida, sem as quais o capitalismo não teria sido edificado (STEIBRUGGE *apud* MIES; SHIVA, 1993, p. 193).

Maria Mies e Vandana Shiva (1993, p. 193) complementam:

Esta nova imagem da mulher não foi um resultado ocasional das transformações sociais que tiveram lugar no século XVIII. Ela foi, como demonstrou Leiselotte Steinbrugge, uma construção deliberada pelos filósofos do Iluminismo, que empreenderam um discurso extensivo sobre a natureza da mulher. Particularmente Diderot e Rousseau, entre outros, desempenharam um papel chave na construção da nova mulher como << o gênero moral>>, a maternidade, de uma proximidade à natureza. Esta mulher tinha de ser excluída do âmbito da política e da economia, da arena pública, governado pela razão (masculina). Tinha de ser naturalizada e ao mesmo tempo privatizada numa sociedade que, de acordo com Steinbrugge, excluía certos sentimentos do seu código de interação social pública, principalmente a consideração da misericórdia, da piedade, da qualidade humana e até as considerações morais. <<A mulher torna-se o "gênero moral">>. A feminilidade transforma-se no *princípio feminino*.

O mundo necessitava de uma visão artificial que subjugasse toda e qualquer manifestação da natureza. Qualquer um que defendesse ou partilhasse de princípios naturais ou fenomenológicos deveriam ser castigados como exemplo. A inquisição surgia para destituir a ligação real entre mulher e natureza e garantir a imposição de uma nova forma de entender o conjunto, uma nova ciência. Uma ciência reducionista, mecanicista, que vivisseccionava o conjunto em partes

²⁰ Importante destacar que o processo histórico aqui delimitado não leva em consideração todos os grupos tradicionais e outras sociedades que viviam em outros continentes, tais como indígenas, aborígenes, tribos africanas, dentre outras, que com relevante certeza, desempenhavam de forma igual ou superior a interligação aqui descrita.

autônomas, importante e fundamental para a consolidação de um desenvolvimento pautado numa relação de dependência e total controle dos ciclos e recursos da natureza.

O sistema patriarcal serviu como fundamento e paradigma a ser introjetado no corpo social. Dicotomizar, reduzir, subjugar. Por meio do sistema ditatorial, a mulher fora excluída de todo processo decisório, tornando-se instrumento de controle pelo sistema. A revolução Industrial e o desenvolvimento que viera a ser construído foi produto da construção política, social (patriarcalismo), religiosa, científica (epistemologia), tecnológica (as novas tecnologias) e econômica (surgimento de princípios capitalistas). Contudo, suas atitudes e sua ligação com a natureza (seja ela proveniente de um processo histórico ou natural) ensejaram o retorno de sua participação e o reconhecimento inequívoco de sua liderança na construção de um desenvolvimento étnico, multidimensional e sustentável. Em vista disso, sua participação em diversos movimentos na modernidade ensejou um protagonismo social diferenciado.

Os movimentos sociais e o papel singular desempenhado por todas as mulheres em diferentes contextos sociais (sociedade civil e comunidades tradicionais) ao longo dos séculos, funcionam, não como uma tábua de salvação, mas como a oportunidade de enxergarmos algo diferente. O passado, o presente e o futuro devem convergir a fim de que os diferentes grupos sociais (negros e brancos, pobres e ricos, mulheres e homens) em conjunto, possam traçar uma nova direção à humanidade e ao meio ambiente como um todo.

3.2 MOVIMENTOS ECOLÓGICO-SOCIAIS: A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO.

A mulher tradicional²¹, baseado no histórico trabalhado anteriormente, desenvolveu uma maneira diferenciada de lidar com a natureza. As inúmeras técnicas (saberes tradicionais) desenvolvidas junto ao meio ambiente permitiram à mulher um entendimento único. Em contrapartida, não só na dimensão cultural ocorreu essa proximidade, como também nos movimentos e grupos que ensejaram uma proteção e uma luta de direitos para ambas. Se para as mulheres, o feminismo

²¹ Único termo encontrado para fazer referência às mulheres pertencentes a comunidades indígenas e tradicionais.

surgiu como movimento político-social de luta por direitos, a natureza encontrou no desenvolvimento sustentável uma possibilidade de defesa também dos seus próprios direitos. Nestas diferenças, surgiram as similaridades. Ambas a margem do sistema, encontraram no movimento político-social denominado ecofeminismo uma porta para novas descobertas e consecução de objetivos que resguardassem a proteção de ambas.

Diante dessa realidade, vários foram os movimentos tradicionais femininos e ecológicos locais que tinham como objetivo o resguardo e a proteção das condições mínimas ambientais para a sobrevivência tanto das mulheres como dos grupos os quais elas faziam parte.

O modelo de desenvolvimento construído e implantado ao longo das últimas décadas proporcionou crises ambientais e sociais tanto de pequena, como de grande escala. Seja em relação à poluição alimentar no Japão (*Seikatsu Club*), um acidente nuclear na Ucrânia (Usina Chernobyl), a conexão entre tecnologia e guerra descoberta pelas mulheres na Alemanha (Cidade de Whyll), a contaminação de águas de uso público nas Cataratas do Niágara nos EUA (*Love Canal*), a fuga de gás tóxico na Índia (Cidade de Bhopal), dentre tantas outras crises que ensejaram a construção de movimentos sociais encabeçados por mulheres ativas e que tomaram a responsabilidade de corrigir (ou de tentar ao menos) os erros provocados pelo homem branco, burguês e colonizador.

[...] contra os interesses industriais; confirmou-se que muitas mulheres, por todo o mundo, sentiam a mesma fúria e ansiedade, o mesmo sentido de responsabilidade em preservar as bases da vida, e de pôr termo à sua destruição. Independentemente das diferenças raciais, étnicas, culturais ou dos antecedentes de classe, esta preocupação comum uniu as mulheres com vista a criar laços de solidariedade com outras mulheres, povos e mesmo nações. Nestes processos de acção e reflexão, também emergiram, por vezes, análises, conceitos e visões semelhantes. (MIES; SHIVA, 1993, p. 12)

No Sudoeste da Alemanha, as camponesas do movimento Whyll lutaram arduamente contra a construção de uma Usina nuclear na região. O fantasma do acidente nuclear em Chernobyl amedrontava todos e como consequência criou um sentimento de repulsa a qualquer projeto que visasse o implemento da energia nuclear próximo a locais habitados. Diante disso, as mulheres, intelectuais, estudantes, camponesas e feministas cidadinas uniram-se em prol da luta contra a

imposição de um projeto equivocado e fruto da busca de um desenvolvimento distorcido. Neste processo, tomaram consciência da relação patriarcal homem-mulher; para muitas mulheres, este foi o primeiro passo para a sua própria libertação (MIES, SHIVA, 1993, p. 12). Neste sentido,

[...] as camponesas do movimento Why! foram as mais activas num dos primeiros movimentos transfronteiriços com movimentos semelhantes na Suíça e em França, bem como com outros movimentos na Alemanha, com intelectuais, com estudantes e com feministas cidadinas (MIES; SHIVA, 1993, p. 12).

O Clube *Seikatsu* no Japão foi marcado pela organização dinâmica das mulheres japonesas com o objetivo de defender os seus filhos da poluição alimentar causada pela radiação nuclear, pelo uso de aditivos alimentares, agrotóxicos, dentre outros. Esta cooperativa de produção e consumo foi fundada no princípio da década de 70 numa reação à doença de Minamata, doença caracterizada pelo surgimento de uma grave doença proveniente da exposição ao metilmercúrio (HARADA apud PINHEIRO, 2000). Era imprescindível uma tomada de atitude, em virtude de muitas estarem amamentando os seus próprios filhos e conduzindo eles a mesma exposição que elas. Elas organizaram-se e passaram a selecionar produtos livres de contaminação, valorizando os agricultores familiares que não utilizam nem agrotóxicos nem estavam expostos a resíduos nucleares. Dava-se início a um processo de subsistência que tanto valorizava as pequenas fazendas e as famílias de classe baixa, como alimentava um sentimento de resguardo para com o meio ambiente.

As mulheres japonesas não só demonstraram uma preocupação momentânea para com sua subsistência, elas foram responsáveis pela organização de um movimento social sólido e significativo. Ele ultrapassou os limites ambientais e as necessidades básicas daquele grupo. Chegou a entender como o sistema consumista e o desenvolvimento engessado interferiam nas suas vidas, na relação social, ambiental e de consumo. Elas lutaram contra o sistema utilizando-se de seu próprio instrumento de controle – a relação de consumo. Assim pois,

O exemplo do *Seikatsu Club* demonstra que a ação do consumidor ou, como eu prefiro chamar, a libertação do consumidor, particularmente se

iniciada a partir de preocupações e vivências femininas, é completamente diferente dos indivíduos atomizados, que só se preocupam em manter limpo o seu quintal. Ela pode desenvolver uma dinâmica que consiga realmente transformar <<Toda a Vida>>. Chizuko Ueno, que escreveu sobre o movimento de mulheres no Japão, é inclusive da opinião que estas cooperativas e redes de consumidoras e produtoras podem mudar o mundo. Estas redes estendem-se além do Seikatsu Club e, de produção e de consumo, baseada não em princípios capitalistas, mas em princípios de economia moral: auxílio mútuo, confiança, carinho, comunidade, respeito pelos humanos e pela natureza. (MIES; SHIVA, 1993, p. 342)

Concomitantemente, ainda na década de 70, o Movimento *Chipko*²² é mais um exemplo da liderança e do ativismo social exercido por mulheres provenientes de comunidades tradicionais que não silenciaram nem se acovardaram perante a destruição ambiental de seu lar provocada pelo corte indiscriminado das árvores da região do Himalaia por uma mineradora. Literalmente abraçadas ao seu território estas mulheres mostraram ao mundo, o porquê a Terra não pertence ao homem (MIES; SHIVA, 1993, p. 141)²³ e sim o contrário.

O governo indiano calou perante suas próprias leis nacionais. Inclusive, a “ação direta da população para encerrar a mina era uma consequência direta da ausência do cumprimento das leis pelo próprio governo” (MIES; SHIVA, 1993, p. 321). A empresa mineradora responsável pela destruição tentou de todas as formas, até que “em março de 1987 contratou arruaceiros que atacaram os pacíficos manifestantes com pedras e barras de ferro” (MIES; SHIVA, 1993, p. 321). As mulheres, os homens e os jovens, encontraram na reação pacífica, uma resposta muito mais valorosa e digna até para com seus próprios princípios. A força/poder do movimento emanava da singular perspectiva que mulheres e homens partilhavam sobre a conexão deles com o meio ambiente em que viviam. Eles sentiam a natureza através de uma energia ecológica-espiritual profunda, chamada *shakti*. A força de *Chipko* era à força da natureza. Era o PODER da natureza.

Shakti vem-nos destas florestas e prados; vemo-los crescer com o passar dos anos com o seu shakti interior e dele extraímos a nossa força. Vemos as nossas correntes renovarem-se e bebemos a sua água limpa e cristalina que nos dá shakti. Tudo isso nos dá não apenas o alimento para o corpo mas também uma força moral; somos os nossos próprios mestres, controlamos e produzimos a nossa própria riqueza. Por isso é que são as mulheres <<primitivas>> e <<atrasadas>>, que não compram as suas

²² O nome do movimento vem da palavra “abraço”, em virtude dos moradores locais abraçarem as árvores, e impediram o corte das mesmas. Disponível em: < <http://www.healthy-india.org/environment/the-chipko-movement.html>>.

²³ Mundovisão de um chefe indígena.

necessidades no mercado, mas produzem para si próprias, que dirigem Chipko. O nosso poder é o poder da natureza. O nosso poder contra Gujral vem destas fontes interiores e é fortalecido pelas suas tentativas de nos oprimir e de nos intimidar com o seu falso poder do dinheiro. Oferecemo-nos, mesmo à custa das nossas vidas para um protesto pacífico para encerrar esta mina, para desafiar e opormo-nos ao poder que Gujral representa. Todas as tentativas para nos agredir fortaleceram a nossa integridade. Apedrejaram-nos no dia 20 de Março quando voltavam da mina. Apedrejaram os nossos filhos e agrediram-nos com barras de ferro, mas não conseguiram destruir o nosso shakti. (MIES; SHIVA, 1993, p. 325)

Por sua vez, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) no Brasil tem como pauta central o questionamento da relação entre a mulher, o campo e o meio ambiente. A fim de garantir uma nova agricultura baseada em práticas agroecológicas protagonizada por mulheres (ADÃO; STROPASOLAS, 2011), houve uma diferenciada forma de lidar com os recursos naturais e humanos.

O movimento promove a organização das mulheres no município de Itá, Estado de Santa Catarina e busca estimular a plantação de sementes crioulas na região. O modelo das práticas alimentares baseadas no conceito da soberania alimentar promove uma agricultura sustentável e vincula a produção à cultura e ao modo de vida do povo. Na busca por uma alternativa ao sistema capitalista de produção, que impõe uma dependência pautada no princípio do lucro pelo lucro, essas mulheres garantem a subsistência da comunidade a qual fazem parte e, por consequência, o direito ao meio ambiente equilibrado.

A organização do MMC se dá a partir de reuniões e oficinas construídas pela e para as camponesas do município. Nestes encontros, são discutidas suas atuações nos espaços privados e públicos, no campo da agricultura e nos atuais modelos de produção e consumo alimentício, o que as permitem refletir acerca das questões inerentes a sua posição como mulher, bem como a sua participação ativa nas medidas públicas, objetivando a proteção dos recursos naturais e a valorização de seus papéis na conservação ambiental.

As novas práticas de cultivo somente foram possíveis em virtude da Agroecologia que “apresenta-se como uma possibilidade economicamente viável para o desenvolvimento local sustentável ao atender as necessidades dos agricultores com poucos recursos.” (ADÃO; STROPASOLAS, 2011, p. 173). Foi a partir daí que o MMC conseguiu estimular uma agricultura baseada em um caráter libertário. As práticas sustentáveis produzidas garantem à comunidade uma

alimentação saudável, advinda de plantações livres de agrotóxicos e de transgênicos.

A discussão acerca da liberdade de produção de alimentos também está conectada a fatores e discursos que são contrários à degradação ambiental, ao machismo, ao consumismo e ao atual modelo de produção. A soberania alimentar é mais um instrumento na luta por um meio ambiente equilibrado, pois as novas práticas de cultivo podem servir na construção de relações positivas entre os seres humanos e a natureza. A liberdade na produção de alimentos é uma alternativa a ser utilizada a favor do meio ambiente.

Em suma, o que é possível perceber ao longo dos diferentes movimentos socioambientais tradicionais aqui analisados é que a mulher, independente de sua realidade e contexto social, encontra no meio ambiente uma forma de conexão global entre todas. Como uma rede invisível, todas lutam, constroem estratégias e delimitam objetivos, buscando tanto uma homeostase ambiental e a garantia de um futuro comum para as mulheres e homens que ainda estão por vir, como também o empoderamento social.

Em diferentes contextos, no Norte e no Sul, em zonas de erosão ecológica e em lugares poluídos, as mulheres identificam-se com o interesse da Terra e dos seus filhos na procura de soluções para a crise da sobrevivência. Contra todas as adversidades tentam reconstruir a teia que liga as suas vidas às dos seus filhos e à vida do planeta.²⁴

As diferenças nas posições políticas, baseadas na classe, bem como raça e origem geográficas não constituíram elemento impeditivo a mobilização social com a finalidade de lidar com as ameaças a sobrevivência de toda humanidade (BRASIDOTTI; CHARKIEWICZ; HAUSLER; WIERINGA, 1994, p. 27). No mesmo sentido desse rio ideológico nascido das milhares de mulheres em todo o planeta, temos o reconhecimento jurídico internacional emanado da CDB, da Agenda 21, do fórum denominado Planeta Fêmea e da recente Rio+20.

²⁴ Ibid. p.113.

4. O RECONHECIMENTO JURÍDICO INTERNACIONAL: CDB, AGENDA 21, “PLANETA FÊMEA” E RIO+20.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em conformidade com a realidade de luta e protagonismo feminino, reconhece em seu preâmbulo – ainda que não seja juridicamente vinculante - que a mulher tem função decisiva no que concerne à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, como também deve-se garantir sua plena participação em todos os níveis de formulação e execução de políticas encaminhadas à proteção da diversidade biológica.

A forma utilizada pela Convenção para discutir questões relativas à implementação dos objetivos e demais medidas que os países signatários devem executar é a Conferência das Partes (COPs). Nessas reuniões periódicas (a cada dois anos ou de maneira extraordinária) são tomadas decisões para orientar os trabalhos e políticas desenvolvidas. É possível perceber a valorização das ações femininas no que tange à conservação dos recursos naturais. Em definitivo, a COP imprime “uma maior atenção ao labor ecológico-feminino por meio de decisões que consagram e fortalecem a função e a participação das mulheres provenientes de comunidades indígenas e locais” (BRAGA; BERTOLDI, 2013, p. 17). O trabalho será pautado nas principais decisões relacionadas à temática proposta de cada Conferência.

A primeira Conferência que aconteceu na cidade de Nassau em Bahamas (UNEP/CDB/COP/DEC/I/1, 1994, p. 36) estruturou a Convenção como um todo. Foi criado o regulamento das Conferências das Partes, a delimitação dos recursos e do mecanismo financeiro (UNEP/CDB/COP/DEC/I/2, 1994, p. 37), a seleção de organizações internacionais competentes que desempenham as funções de secretaria da CDB (UNEP/CDB/COP/DEC/I/4, 1994, p. 44), a criação do órgão subsidiário de assessoramento científico, técnico e tecnológico (UNEP/CDB/COP/DEC/I/7, 1994, p. 63), definido o apoio das organizações internacionais à secretaria da CDB (UNEP/CDB/COP/DEC/I/2, 1994, p. 37), dentre outras decisões relativas ao início dos trabalhos.

Na segunda Conferência em Jakarta na Indonésia, a valorização e observação das realidades de cada Estado-membro se faz mister na busca de um

direcionamento internacional que leve em consideração as diferenças e as similaridades de cada um. A busca de uma igualdade de direitos diferenciados para cada comunidade tradicional levando em consideração suas singularidades deve nortear qualquer programa ou política de trabalho desenvolvida pelos Estados-membros e pela Convenção. Uma espécie de equilíbrio jurídico-social deve ser implementado a partir de estudos e a pesquisa de outras informações pertinentes sobre a valorização social e econômica dos recursos genéticos e dos saberes tradicionais, inclusive acerca da demanda industrial. (UNEP/CDB/COP/DEC/2/11, 1995, p. 79).

O estabelecimento de um processo contínuo de investigação e estudo para examinar a aplicação do artigo 8 “j” da Convenção sobre Diversidade Biológica foi uma das principais decisões da terceira Conferência em Buenos Aires, Argentina (UNEP/CDB/COP/DEC/3/14, 1995, p. 82). É essencial que todo o processo seja acompanhado pelos governos e representado pelas comunidades indígenas e locais (incluindo também as mulheres). O monitoramento é realizado através da elaboração de informes nacionais, nos quais estão presentes informações acerca da conservação, utilização sustentável e participação justa e equitativa dos grupos tradicionais.

A quarta reunião dos Estados-membros da CDB ocorreu na cidade de Bratislava, Eslováquia e serviu, dentre outros objetivos, para promover processos consultivos de caráter participativo, integrando a comunidade civil (representada pelos governos, empresas e demais entidades envolvidas) e as comunidades tradicionais a fim de obter resultados práticos acerca dos problemas e causas relacionadas aos objetivos da CDB (UNEP/CDB/COP/DEC/4/10, 1998, p. 121). A decisão de número 10 dispõe sobre a valorização dos recursos genéticos de origem natural sobre a base do enfoque participativo, a fim de que sirva de incentivo para a conservação e utilização sustentável tanto para a sociedade civil, como para as comunidades tradicionais (UNEP/CDB/COP/DEC/4/10, 1998, p. 121).

Na quinta Conferência das Partes (Nairóbi, Quênia, 15 - 26 maio de 2000) é iniciado o processo de reconhecimento formal do papel fundamental desempenhado pelas mulheres e suas organizações na conservação e utilização sustentável da diversidade biológica (UNEP/CDB/COP/DEC/V/16, 2000, p. 87). É demonstrada uma maior atenção ao labor ecológico-feminino. Por meio de decisões que consagram e fortalecem a função e a participação das mulheres provenientes

de comunidades indígenas e locais é possível perceber que a realidade patriarcal-reducionista adquiriu uma grande e poderosa inimiga – a força feminina.

Cabe salientar que em consonância ao reconhecimento do papel feminino na salvaguarda do meio ambiente, tanto os governos, os órgãos subsidiários da Convenção, bem como o próprio Secretário Executivo e as organizações competentes, ao aplicar as disposições e programas de trabalho, devem incorporar em todas as atividades as mulheres e todas as organizações as quais façam parte. (UNEP/CDB/COP/DEC/V/16, 2000, p. 89)

Também é possível reconhecer que a conservação dos saberes associados à biodiversidade depende da perpetuação das identidades culturais, que abarcam aspectos ambientais, sociais, econômicos, políticos e religiosos de cada comunidade tradicional (UNEP/CDB/COP/DEC/V/16, 2000, p. 90). Deste modo, a criação de registros nacionais (UNEP/CDB/COP/DEC/V/16, 2000, p. 90) para os conhecimentos, inovações e práticas tradicionais é uma medida essencial para a continuidade das sistemáticas sociais desenvolvidas por mulheres e homens tradicionais. Os programas, informes e grupos de orientação, além da utilização de todos os meios possíveis de comunicação (internet, TV, rádio, periódicos, boletins...), inclusive com a maior utilização das línguas locais (UNEP/CDB/COP/DEC/V/16, 2000, p. 90), é uma medida básica para a criação de uma capacidade técnica e consequente participação plena e efetiva das mulheres e das comunidades tradicionais em todas as atividades e programas de trabalho desenvolvidos pela CDB.

A sexta Conferência (The Hague, Países Baixos, 7 - 19 abril de 2002) traz a inclusão nos informes nacionais (UNEP/CDB/COP/DEC/VI/10, 2002, p. 160) de medidas que melhorem a participação das mulheres nos programas de trabalho desenvolvidos, inclusive destacando a necessária inclusão delas nos processos consultivos acerca da preparação das sessões relativas ao artigo 8 “j” (UNEP/CDB/COP/DEC/VI/10, 2002, p. 160). De um modo ou de outro, tanto a mulher como a natureza estão sujeitas à indiscriminada apropriação masculina, de tal modo que decisões provenientes das Conferências das Partes que trabalhem um reposicionamento das mulheres, ouvindo suas opiniões acerca das realidades costumeiras, servem como ponto de partida para uma possível nova relação Homem *versus* natureza.

É importante mencionar os “Princípios e Diretrizes de ADDIS Abeba para a utilização sustentável da diversidade biológica” (Secretaría Del Convenio sobre la Diversidad Biológica, 2004), publicação realizada pela Secretaria da CDB em Montreal em um evento paralelo à sétima Conferência (Kuala Lumpur, Malásia, 9 - 20 fevereiro 2004). Na introdução do texto é destacada a importância das mulheres que são frequentemente os principais usuários e administradores dos componentes da diversidade biológica. É pontuada uma necessária atenção à mulher no que diz respeito ao direito à voz e voto na aplicação dos princípios e diretrizes, assim como na gestão dos componentes naturais.

Os recursos comunicativos, como já comentado, a quinta Conferência e reforçado na sétima, são fundamentais para ajudar a aumentar a conscientização acerca dos últimos métodos e medidas relativas tanto à realização como à integração das preocupações culturais sociais e outras relacionadas com a diversidade biológica. Diante da visão participativa que as mulheres devem ter sobre todos os processos e trabalhos é necessária à capacitação técnica para que as mesmas possam interagir e discutir sobre as políticas voltadas a elas e as sociedades as quais fazem parte (UNEP/CDB/COP/DEC/VII/16, 2004, p. 298). Seria uma falta de sensibilidade não perceber que mulheres de contextos tão diferenciados estariam preparadas para lidar com uma realidade jurídico-burocrática tão complicada. Mesmo que o acesso e o linguajar utilizado pelas Conferências sejam facilitados ao máximo, é essencial que haja uma promoção de cursos, trabalhos, palestras, folhetins e um acompanhamento técnico individual e coletivo, dentre outras formas, para que a equidade e o acesso à justiça internacional realmente sejam respeitadas. (UNEP/CDB/COP/DEC/VI/10, 2002)

A oitava Conferência (Curitiba, Brasil, 20 - 31 de março de 2006) iniciou um projeto denominado “Fundo fiduciário voluntário para facilitar a participação de comunidades indígenas e locais nos trabalhos da Convenção sobre Diversidade Biológica” (UNEP/CDB/COP/DEC/VIII/5, 2006, p.76). Além de proporcionar uma ajuda financeira significativa às comunidades tradicionais, o projeto mobiliza as diversas partes, governos, instituições, fundações financeiras, organizações governamentais, ONGs e entidades privadas a contribuir no nível de responsabilidade que compete a cada uma. Importante destacar que nos principais critérios estipulados para a aquisição de ajuda e inclusive no formulário técnico de solicitação (UNEP/CDB/COP/DEC/VIII/5, 2006, p. 90), o equilíbrio de gênero é um

dos principais objetivos, devendo ser aplicado a fim de garantir o reconhecimento da função especial das mulheres das comunidades indígenas e locais.

A nona Conferência (Bonn, Alemanha, 19 - 30 de maio de 2008), enfatiza a dupla comunicação necessária entre a CDB e os povos tradicionais. Vincular as práticas desenvolvidas pelas comunidades à teoria proporcionada pelos grupos de trabalho da CDB é essencial para a implementação do artigo 8, "j" . Os grupos indígenas e locais, inclusos jovens, mulheres e outras organizações nacionais e regionais, devem além de identificar as lacunas e deficiências do diploma normativo internacional, informar ao Grupo de Trabalho sobre o progresso alcançado, garantindo assim um balanço sobre o direcionamento internacional acerca dos objetivos estabelecidos pela CDB. (UNEP/CDB/COP/DEC/IX/13, 2008, p. 8.)

Por fim, temos na décima Conferência (Nagoya, Japão, 18 - 29 outubro de 2010), a identificação da função de cada ente social (anciãos, jovens, mulheres...) dentro das comunidades tradicionais. Percebe-se a importância primordial deles no processo de divulgação cultural, já que são responsáveis pela transferência intergeracional dos conhecimentos, inovações e práticas tradicionais. Deste modo, as estruturas sociais das comunidades indígenas e locais devem ser respeitadas, incluindo o direito de transmitir seus conhecimentos em conformidade com suas tradições e costumes.(UNEP/CDB/COP/DEC/X/42, 2010, p. 8)

De igual modo, a Agenda 21 nos seus capítulos 15 e 24 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1994, p. 15) (Ação Mundial pela Mulher, com vistas a um Desenvolvimento Sustentável e Equitativo) (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1994, p.21) procuram estabelecer objetivos claros para a consolidação de medidas que protejam, incentivem e implementem as estratégias conservacionistas propostas pelas mulheres com um todo. Deste modo,

O foco está no endosso estabelecido pela Comunidade Internacional, quanto aos vários planos de ação, e convenções que permitem a integração plena, equitativa e benéfica da mulher em todas as atividades relativas ao desenvolvimento. O objetivo é propor aos Governos nacionais a implementação de estratégias prospectivas para o progresso da mulher, particularmente em relação à participação da mulher no manejo nacional dos ecossistemas e no controle da degradação ambiental. Ao lado disso, pretende-se aumentar a proporção de mulheres nos postos de decisão, planejamento, assessoria técnica, manejo e divulgação no campo de meio ambiente e desenvolvimento (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1994, p. 20).

Outro instrumento e símbolo de convalidação do pensamento jurídico-internacional estabelecido pela CDB e pela Agenda 21 foi o fórum intitulado “Planeta Fêmea” que é considerado um marco no debate ecológico feminino por reunir mulheres de diferentes realidades e contextos sociais com a finalidade, dentre outras, de discutir os vários pontos relacionados à conservação e utilização dos recursos naturais. Ultrapassando os limites ambientais, esse debate promoveu uma mudança de perspectiva das mulheres reunidas, fazendo as mesmas perceberem a correlação entre patriarcado, capitalismo, segregação étnico-racial e destruição ambiental. Nas palavras de Brito (2012):

O intuito do Planeta Fêmea era propor uma mudança para o mundo que corrigisse os danos causados pelo desequilíbrio da relação com o Planeta Terra. Era uma imensa vontade política de pensar uma transformação que não perpetuasse as exclusões da sociedade capitalista e que construísse uma ética baseada no respeito às diferenças.

Para finalizar, a declaração da Rio+20, O Futuro que Queremos, destinou uma gama de artigos que enfatizaram o valor das atitudes femininas ligadas à natureza. De forma enfática, reconhece a posição de liderança e promove a participação plena da mulher na gestão do meio ambiente como também declara o papel vital feminino como vetor na promoção de um possível desenvolvimento sustentável.

O importante em relação ao reconhecimento do papel feminino exercido tanto nas comunidades tradicionais, como na sociedade civil, é compreender o objetivo dessa valorização. O direcionamento proposto pelos diplomas jurídicos internacionais reconheceram e passaram a criar condições para que o labor feminino seja referenciado como um dos principais instrumentos para a consolidação do desenvolvimento sustentável. A mulher não funciona como personagem de uma utopia acrítica, ela é mais um ente colaborativo do corpo social. As alternativas propiciadas pela análise das atitudes ecológico-femininas devem proporcionar uma releitura dos parâmetros sociais e culturais estabelecidos ao longo dos séculos. A responsabilidade é recíproca, intrínseca e multidimensional entre mulheres e homens. Todos tem responsabilidade perante a realidade sedimentada e as consequências arrasadoras provenientes de um desenvolvimento distorcido e equivocado.

O papel desenvolvido por mulheres de comunidades tradicionais e movimento ecológico-sociais instrumentalizado nas decisões jurídicas internacionais é uma alternativa que está inserida nos processos de transformação e luta proposta pela teoria crítica dos Direitos Humanos, tendo em vista que tanto o feminismo quanto as comunidades tradicionais vislumbraram a organização coletiva como caminho para alcançar o horizonte da vida digna em meio aos atuais meios de opressão propostos pela sociedade de consumo. A luta das comunidades tradicionais, é uma forma de efetivação dos próprios Direitos Humanos, sejam esses o direito ao meio ambiente equilibrado, à identidade social, a igualdade de gênero, à vida, entre outros. Além disso,

[...] o resultado de lutas sociais e coletivas que tendem à construção de espaços sociais econômicos, políticos e jurídicos que permitam o empoderamento de todas e todos para lutar plural e diferenciadamente por uma vida digna de ser vivida. (FLORES, 2009, p. 115)

Para implementação do desenvolvimento sustentável, é crucial identificar, intercambiar e promover as *best practices*, conferindo-lhes um efeito catalizador. Os movimentos ecológicos-sociais demonstrados ao longo do trabalho refletem a incorporação do “*development human rights approach*” às relações entre movimentos ecológicos sociais e comunidade tradicionais, e sociedade hegemônica. Sob a ótica integral dos direitos humanos captados em sua interdependência e inter-relação, faz-se fundamental entrelaçar questões empoderamento social, valorização da identidade cultural, e, sobretudo, a promoção de um desenvolvimento democrático, heterogêneo, dinâmico e multidimensional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planeta necessita de um novo direcionamento, uma nova perspectiva, um plano que traduza as necessidades todos os seres humanos. Uma visão holística, multifacetada e transdisciplinar que permita à mulher e ao homem enxergarem qual a posição ocupada por cada um na teia da vida. A Terra é viva e seus integrantes também o são. A capacidade regenerativa da mãe-terra deve fluir

através dos seres que a coabitam, concedendo a todos o *shakti* necessário para uma transformação de corpo, mente e espírito.

É imprescindível visualizar um novo direcionamento, pautado em princípios éticos e não numa relação de dominação patriarcal subjugadora da mulher pelo homem, do negro pelo branco, do pobre pelo rico e da natureza pelo Homem. Requer o abandono, ou pelo menos, a diminuição dos parâmetros individualistas, segregadores e excludentes, impostos através de séculos pelos países nortistas e reproduzidos agora por todo o planeta. A colonização territorial nos moldes do século XVI até meados do século XX oportunizou a aplicação dessa sistemática nas relações sociais, econômicas e culturais. O homem branco, burguês e nortista, necessita implantar o sistema colonial para manter seu padrão de desenvolvimento. As mulheres, indígenas, negros, jovens tem sido as colônias do homem branco (SANDER *apud* MIES; SHIVA, 1993, p. 62). Entretanto, cabe salientar que para a necessária mudança almejada, o próprio homem branco também necessita mudar. Descolonizar o Sul é uma questão intimamente relacionada com a de descolonizar o Norte (MIES; SHIVA, 1993, p. 345). O sistema suplantou os indivíduos, inclusive o homem. Mudar significa buscar alternativas no olho do furacão e na margem do sistema. Dentro haverá o embate, a quebra de paradigmas, a revolução. Fora serão descobertas novas formas de entender a vida e seus componentes, por meio da análise de grupos sociais pouco interessados no desenvolvimento parâmetro. Entender que a felicidade é relativa para mulheres, homens, negros, idosos e todos os grupos sociais espalhados pelo mundo, mas é fundamentada por meio do estabelecimento de condições mínimas, básicas, intrínsecas a todo ser humano.

As novas formas de entender o todo, engendradas pelas comunidades tradicionais funcionam como alternativa à visão patriarcal-reducionista imposta. O entendimento dos seus particulares universos nos faz pensar o que realmente é necessário para se alcançar o desenvolvimento. Como a busca desenfreada por soluções para a realidade crítica que vivenciamos só há pouco tempo enxergou valor aos conhecimentos tradicionais e as comunidades detentoras? Os Estados devem entender o quão necessária é a proteção das identidades culturais, sociais, religiosas, políticas, econômicas e ambientais das comunidades tradicionais. O resguardo da historicidade de uma nação, representada também por suas comunidades tradicionais, é sinônimo de respeito e ética perante o passado, o presente e o futuro de todos os cidadãos, sejam eles mulheres, homens, índios,

brancos, ou negros. As mulheres representam uma parte fundamental e suas atitudes são traduzidas como princípios alternativos nessa conjuntura.

A consolidação do desenvolvimento sustentável depende da mudança de múltiplos fatores. A ciência reducionista, o sistema econômico cartesiano pautado no princípio do lucro pelo lucro, o patriarcalismo, a desvalorização dos conhecimentos ditos não especializados (saberes tradicionais), as novas tecnologias invasivas e antiéticas propagam uma única interpretação: a base principiológica do direcionamento mundial necessita mudanças.

A ciência baseada em princípios mecanicistas e reducionistas impõe uma segregação de experiências e técnicas ditas não especializadas, a exemplo dos saberes tradicionais associados à biodiversidade e, em especial, das mulheres. Elas, como protagonistas de um desenvolvimento diferenciado, entendem o quanto necessário é a valorização de suas atitudes cotidianas por interferirem na própria conjuntura social das comunidades tradicionais. Seus conhecimentos técnico-tradicionais são essenciais para a reprodução de culturas de subsistência desenvolvidas pelas comunidades. Portanto, o papel científico da mulher tradicional constitui fonte inquestionável para a consolidação do desenvolvimento sustentável.

O tratamento jurídico internacional propostos pela CDB, Agenda 21, “Planeta Fêmea” e Rio+20 cria um espaço para discussões de como possibilitar o empoderamento das mulheres nos diversos movimentos ecológico-sociais em que atuam de forma conjunta com a natureza, e além disso, possibilita o reconhecimento do papel das mulheres das comunidades tradicionais na conservação socioambiental.

De um modo geral, a mulher tradicional desempenha funções singulares em todos os contextos descritos nesse trabalho. A implementação do desenvolvimento sustentável é fruto da convergência de políticas públicas adequadas, normatização jurídica nacional e internacional, da mudança dos parâmetros estabelecidos pelo desenvolvimento moderno e a valorização e reconhecimento dos papéis diferenciados exercidos por povos e comunidades tradicionais, especialmente as mulheres.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Nilton Manoel Lacerda; STROPASOLAS, Valmir Luiz; HÖTZEL, Maria José. Movimento de mulheres camponesas e a semeadura de novas perspectivas: os significados da (re) produção de sementes crioulas para as mulheres no oeste catarinense. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis. [S.l.], v. 8, n. 2, 2011.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2010**. Desenvolvimento e mudança climática. 2010. p. VIII Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2010/Resources/5287678-1226014527953/WDR10_AdOverview_BP_Web.pdf>.

BERTOLDI, Marcia Rodrigues. **Dicionário de Direitos Humanos**. Escola Superior do Ministério Público da União. 2010. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Biodiversidade>>.

BERTOLDI, Márcia Rodrigues; LUCENA, Klecstania; SILVA, Leonardo M. Vasconcelos. Direitos Humanos e Biotecnologia: é possível juntar as partes do todo? In: BERTOLDI, Márcia Rodrigues, SPOSATO, Karyna Batista(Coord.). **Direitos Humanos: entre a Utopia e a contemporaneidade**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.p.234-247.

BERTOLDI, Márcia Rodrigues; BRAGA, Fábio Rezende. “A continuidade cultural como uma preocupação comum da humanidade.” **Jurispoiesis**. Rio de Janeiro. v. 13. 2010.

BERTOLDI, Marcia Rodrigues; BRAGA, Fábio Rezende. “O estatuto jurídico-internacional da diversidade biológica”. In: **Revista Internacional de Direito e Cidadania. Edição Especial – Biodiversidade**. junho/2011. V. 4. Habilis:Erechim, 2011, p. 13.

BERTOLDI, Márcia Rodrigues; BRAGA, Fábio Rezende. Patrimônio genético e patrimônio cultural imaterial associado à biodiversidade: desvelando a Medida Provisória nº 2186-16/2001. In: CUREAU, Sandra *et al.* (Coord.). **Olhar Multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p.482.

BRAGA, Fábio Rezende; BERTOLDI, Márcia Rodrigues. As mulheres das comunidades tradicionais na promoção do desenvolvimento sustentável. In **XXII Encontro Nacional do CONPEDI/UNICURITIBA**. (Org.). Florianópolis: FUNJAB, 2013, p. 225-251.

BRAGA, Fábio Rezende; BERTOLDI, Márcia Rodrigues. Saberes Costumeiros Associados à biodiversidade e comunidades tradicionais enquanto indicadores de desenvolvimento sustentável. In: **CONPEDI, Belo Horizonte. Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI - Tema: Democracia e reordenação do pensamento jurídico: compatibilidade entre a autonomia e a intervenção estatal**. Florianópolis: Fundação Boiteux. 2011. p. 2384-2399.

BRAGA, F. R. ; SILVA, Leonardo Menezes Vasconcelos ; BERTOLDI, M. R. . Das

bruxas às lutas: análise histórica dos movimentos ecológico-sociais femininos e o direito ao meio ambiente equilibrado.. In: **V Coloquio Interamericano sobre educación en derechos humanos - IV Pensar Derechos Humanos**.. Anuário do NDH/UFG. Goiânia: UFG, 2013. v. 1.

BRAIDOTTI, Rosi; CHARKIEWICZ, Ewa; HÄUSLER, Sabine; WIERINGA, Saskia. **Mulher, ambiente e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Instituto Piaget, 1994. pp. 281.

BRITO, Priscilla Caroline. “20 anos depois do Planeta Fêmea”. **CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria**. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/index.php?view=article&catid=390%3Anumero-172-janeiro-a-junho-de-2012&id=3715%3A20-anos-depois-do-planeta-femea&format=pdf&option=com_content&Itemid=129

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 6.ed. São Paulo: Cultrix, 2001.Fórum, 2011.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Agenda 21. Brasília, 02 Ago. 1994

DI CIOMMO, Regina Célia. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.11, n.2, Dezembro. 2003.

DIEH, F.P.; XAVIER,G ; BRANCHER, N. D. R. O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: interfaces entre direitos humanos e proteção ambiental. **Revista Novos Estudos Jurídicos**. Itajaí, v.12, n.1, 2007

FLORES, Joaquin Herrera. **A (re) invenção dos direitos humanos**. Florianópolis. Editora Fundação Boiteux. 2009.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: Direito ao Futuro**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011. pp. 340.

GOMES, Renata Raupp. Os “Novos” Direitos na Perspectiva Feminina: a Constitucionalização dos Direitos das Mulheres. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato (orgs). **Os “novos” direitos no Brasil – Natureza e Perspectivas – Uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas**. 2 ed. São Paulo: Saraiva. 2012. p. 71-98.

HARADA, M. Neurotoxicity of methylmercury: Minamata and the Amazon. In: Yasui M, Strong MJ, Ota KK, Verity MA (eds) Mineral and metal neurotoxicology. New York, CRC, p.177-187, 1997. apud PINHEIRO, Maria da Conceição Nascimento et al . Avaliação da contaminação mercurial mediante análise do teor de Hg total em amostras de cabelo em comunidades ribeirinhas do Tapajós, Pará, Brasil. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.**, Uberaba, v. 33, n. 2, Abril. 2000 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822000000200004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 10 de Novembro

de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0037-86822000000200004>.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. Acesso ao patrimônio genético brasileiro e aos conhecimentos tradicionais associados. In: **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Roseli Senna Ganem (org.) – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

MARTINS, Marcos Lobato. História e meio ambiente. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.) **Saberes Ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 71-76.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. pp. 433.

MONTYSUMA, Marcos. Gênero e meio ambiente: mulheres na construção da floresta na Amazônia. In: PARENTE, Temis Gomes; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra (Orgs.). Linguagens **plurais : cultura e meio ambiente**. Bauru/SP: EDUSC, 2008. p. 155-173.

PELEGRINI, Sandra C. A.. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. **História** [online]. 2008, vol.27, n.2 [cited 2012-10-30], pp. 145-173 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200008&lng=en&nrm=iso>.

¹ Disponível em: < [http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/BM/BM\[35918-1-10616\].PDF](http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/BM/BM[35918-1-10616].PDF)>

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, Junho 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). **V Conferência das Partes**. Decisão n 16. Quênia, 2000. Disponível em: < <http://www.cbd.int/decision/cop/?id=7158> >.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). **VI Conferência das Partes**. Decisão n 10. Holanda, 2002. Disponível em: < <http://www.cbd.int/decisions/?id=7184>>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). **VII Conferência das Partes**. Decisão n 16. Malásia, 2004. Disponível em: < <http://www.cbd.int/decisions/?id=7753>>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). **X Conferência das Partes**. Decisão n 42. Japão, 2010. Disponível em: < <http://www.cbd.int/decisions/?id=12308>>.

MARTINS, Marcos Lobato. História e meio ambiente. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.) **Saberes Ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 2 ed. São Paulo: Difusão

Européia do Livro, 1973.

SANDER, Helke (1980) Über die Beziehungen von Lebensverhältnissen und Mittelstreckenraketen. Courage. Nº 4: 4-7. Berlin: Courage Verlag apud MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

SCOVAZZI, Túlio. "A definição de Patrimônio Cultural Intangível". In: CUREAU, Sandra *et al.* (Coord.). **Olhar Multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

SECRETARIA DEL CONVENIO SOBRE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA. **Principios y directrices de Addis Abeba para la utilización sostenible de la diversidad biológica (Directrices del CDB)**. Montreal: Secretaría del Convenio sobre la Diversidad Biológica. 2004. 21 p. Disponível em: <<http://www.cbd.int/doc/publications/addis-gdl-es.pdf>>.

SIMONIAN, Lígia T. L. Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira: uma vida de trabalho silenciado. In: ALVARES, Maria Luiza Miranda; D'INCAO Maria Ângela (Orgs.). **A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM/Museu Goeldi/CNPq. 1995. p 97-116.

STEIBRUGGE, L. "Das moralische Geschlecht". Theorien und literarischen Entwürfe über die Natur der Frau in der französischen Aufklärung, Beltz-Verlag Weinheim. 1987. apud MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. p. 192.

TENÓRIO, Fernando G.; PALMEIRA, Jorge N. "A flexibilização da produção significa a democratização do processo de produção?" In: TENÓRIO, Fernando G.; PALMEIRA, Jorge N. **Tem razão a administração?: ensaios de teoria organizacional**. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

UNEP. **Environment for the future we want - 5th Global Environment Outlook (GEO-5)**. 2012. Disponível em: <http://www.unep.org/geo/pdfs/geo5/GEO5_FrontMatter.pdf>.